

Centro Social e Paroquial de São Tomás de Aquino

Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025

27 de Abril de 2026

BALANÇO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/25	31/dez/24
ACTIVO			
Activo não corrente	6		
Activos fixos tangíveis		153 192,03	159 603,25
Outros activos financeiros		3 352,29	3 352,29
		156 544,32	162 955,54
Activo corrente	7		
Inventários			748,05
Utentes		300,97	2 261,02
Outras contas a receber		963,40	1 280,89
Diferimentos	8		
Caixa e depósitos bancários	4	420 708,54	434 373,32
		421 972,91	438 663,28
Total do activo		578 517,23	601 618,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9	107 755,99	107 755,99
Reservas	9	10 092,80	10 092,80
Resultados transitados	9	317 644,95	312 569,57
Outras variações nos fundos patrimoniais	9	88 074,09	93 948,73
		523 567,83	524 367,09
Resultado líquido do período	9	-15 929,23	5 167,36
Total do capital próprio		507 638,60	529 534,45
Passivo			
Passivo Corrente			
Fornecedores		11 140,54	15 688,94
Adiantamentos de clientes		1 515,53	
Estado e outros entes públicos	10	10 146,85	11 735,83
Outras contas a pagar	11	48 075,71	44 659,60
		70 878,63	72 084,37
Total do passivo		70 878,63	72 084,37
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		578 517,23	601 618,82

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	12	206 409,83	194 077,85
Subsídios, doações e legados à exploração			
ISS, IP - Centros distritais	13	311 233,78	300 624,40
Outros - IEFPP	13		1 202,72
Donativos e outros	13	31 322,03	27 886,77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-1 658,27	-2 947,33
Fornecimentos e serviços externos	14	-180 764,65	-181 767,82
Gastos com o pessoal	15	-372 392,35	-330 901,43
Outros rendimentos e ganhos	9.2	5 987,43	6 343,63
Outros gastos e perdas		-2 869,11	-1 081,30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2 731,31	13 437,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-16 168,15	-13 885,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-18 899,46	-447,53
Juros e rendimentos similares obtidos		3 002,59	5 639,91
Juros e gastos similares suportados		-32,36	-25,02
Resultado antes de impostos		-15 929,23	5 167,36
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período	9.1	-15 929,23	5 167,36

A
L.C.F.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

	PERÍODOS	
	2025	2024
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de utentes	206 409,83	194 077,85
Pagamentos a fornecedores	-185 609,52	-185 754,50
Pagamentos ao pessoal	-375 397,21	-326 747,10
Fluxo gerado pelas operações	-354 596,90	-318 423,75
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional	347 718,82	350 144,43
Fluxo das actividades operacionais [1]	-6 878,08	31 720,68
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de		
Juros e rendimentos similares	3 002,59	5 639,91
	3 002,59	5 639,91
Pagamentos respeitantes a		
Activos fixos tangíveis	-9 756,93	-29 887,82
Fluxo das actividades de investimento [2]	-6 754,34	-24 247,91
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a		
Empréstimos obtidos		-315,48
Juros e gastos similares	-32,36	-25,02
Fluxo das actividades de financiamento [3]	-32,36	-340,50
Variações de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-13 664,78	7 132,27
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	434 373,32	427 241,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período	420 708,54	434 373,32

R
L.C.F.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR VALÊNCIAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Código das Contas	RUBRICAS	VALÊNCIAS			TOTAL
		Centro de Dia	Centro de Convívio	Apoio Domiciliário	
71	Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestações de serviços	61 922,95	10 320,49	134 166,39	206 409,83
721	Matrículas e mensalidades	59 823,22	9 970,54	129 616,97	199 410,73
722/9	Outras	2 099,73	349,96	4 549,42	6 999,10
75	Subsídios, doações e legados	100 158,53	37 951,48	204 445,80	342 555,81
7511	Do CDSSS de Lisboa	87 629,72	34 819,28	188 784,78	311 233,78
742/9	De outros sectores	12 528,81	3 132,20	15 661,02	31 322,03
78/9	Outros rendimentos e ganhos	2 996,67	2 996,67	2 996,67	8 990,02
	Subtotal (1)	165 078,15	51 268,65	341 608,86	557 955,66
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	746,22	165,83	746,22	1 658,27
62	Fornecimentos e serviços externos	85 784,17	23 923,80	71 056,68	180 764,65
63	Gastos com o pessoal	74 478,47	18 619,62	279 294,26	372 392,35
64	Depreciações	4 783,55	1 485,64	9 898,96	16 168,15
68	Outros gastos e perdas	848,86	263,63	1 756,62	2 869,11
6883	Outros custos operacionais	848,86	263,63	1 756,62	2 869,11
69	Gastos e perdas de financiamento	9,57	2,97	19,81	32,36
	Subtotal (2)	166 650,85	44 461,48	362 772,56	573 884,89
81	Resultados (1)-(2)=(3)	-1 572,70	6 807,16	-21 163,70	-15 929,23

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA INTRODUTÓRIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Centro Social e Paroquial São Tomás de Aquino é uma entidade privada de solidariedade social, sem finalidade lucrativa, com sede na Rua Ginestal Machado, n.º 6 e 6-A, na freguesia de São Domingos de Benfica, em Lisboa, tendo como actividade principal a prestação de cuidados ao nível de várias valências, nomeadamente centro de dia, centro de convívio e apoio domiciliário.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL) prevista pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e aprovada pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo Artigo 256.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de Maio.

2.2. Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

A
L.C.C.
R
G

3.1.2. PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3. CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

3.1.4. MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação é comparável com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação entre períodos é continuamente objecto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os activos fixos tangíveis são depreciados em ou quota anual durante as vidas úteis estimadas, de que destacamos os principais elementos:

Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	4 a 6 anos

3.2.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

A Entidade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.3. RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

3.2.4. SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.5. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos emprego classificam-se em: i) benefícios de curto prazo; ii) benefícios de médio e longo prazo; iii) outros benefícios pós-emprego; e iv) benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

A
LGL
R
F
E

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de médio/longo prazo

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

d) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio

Resulta do direito a receber por parte do empregado instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do facto do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

3.2.6. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A entidade não é sujeita a imposto sobre o rendimento, por beneficiar de isenção nos termos do artigo 10º do CIRC.

3.3. JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a

ajustamentos, são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

3.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2025 e em 31/12/2024 detalha-se conforme se segue:

Caixa e depósitos bancários	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Activo	420 708,54	434 373,32	-13 664,78
Caixa	1 373,14	1 761,18	-388,04
Depósitos à ordem	24 335,40	137 612,14	-113 276,74
Depósitos a prazo	395 000,00	295 000,00	100 000,00
Outros instrumentos financeiros	0,00	0,00	0,00

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1. APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DA ESNL COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

O único efeito resultante da adopção inicial da ESNL (no exercício de 2012) decorre da transferência do Subsídio para investimento, atribuído em 1991 pelo Estado, para a construção do edifício onde decorre a actividade da Entidade, da rubrica de "Proveitos diferidos" (POC) para a rubrica de fundos patrimoniais "Outras variações nos fundos patrimoniais" (SNC).

5.2. ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO), OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5.3. ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

5.4. ERROS MATERIAIS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materiais em períodos anteriores.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

Activo Fixo Tangível	01/01/2025	Adições	Diminuições	31/12/2025
Activo tangível bruto	680 163,85	9 756,93	0,00	689 920,78
Terrenos	302,27			302,27
Edifícios e outras construções	422 186,37	8 338,19		430 524,56
Equipamento básico	59 624,19			59 624,19
Equipamento de transporte	67 161,19			67 161,19
Equipamento administrativo	129 555,58			129 555,58
Outros activos fixos tangíveis	1 334,25	1 418,74		2 752,99
Depreciação acumulada	520 560,60	16 168,15	0,00	536 728,75
Edifícios e outras construções	274 924,95	11 693,15		286 618,10
Equipamento básico	35 925,36	4 475,00		40 400,36
Equipamento de transporte	67 161,17			67 161,17
Equipamento administrativo	141 214,87			141 214,87
Outros activos fixos tangíveis	1 334,25			1 334,25
Activo tangível líquido	159 603,25	-6 411,22	0,00	153 192,03

Activo Fixo Tangível	01/01/2024	Adições	Diminuições	31/12/2024
Activo tangível bruto	650 276,03	29 887,82	0,00	680 163,85
Terrenos	302,27			302,27
Edifícios e outras construções	396 781,90	25 404,47		422 186,37
Equipamento básico	55 140,84	4 483,35		59 624,19
Equipamento de transporte	67 161,19			67 161,19
Equipamento administrativo	129 555,58			129 555,58
Outros activos fixos tangíveis	1 334,25			1 334,25
Depreciação acumulada	506 675,58	13 885,02	0,00	520 560,60
Edifícios e outras construções	265 244,63	9 680,32		274 924,95
Equipamento básico	32 677,37	3 247,99		35 925,36
Equipamento de transporte	67 161,17			67 161,17
Equipamento administrativo	140 258,16	956,71		141 214,87
Outros activos fixos tangíveis	1 334,25			1 334,25
Activo tangível líquido	143 600,45	16 002,80	0,00	159 603,25

7. INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

A
L-
R
g

Foram reconhecidos inventários finais em 31/12/2025 e em 31/12/2024 como segue:

Descrição	2025			
	Invent. Inicial	Compras	Consumos	Invent. Final
Mat.- primas, subs. e de consumo	0,00	1 658,27	-1 658,27	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1 658,27	-1 658,27	0,00

Descrição	2024			
	Invent. Inicial	Compras	Consumos	Invent. Final
Mat.- primas, subs. e de consumo	0,00	2 947,33	-2 947,33	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	2 947,33	-2 947,33	0,00

8. DIFERIMENTOS

Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica “Diferimentos” em 31/12/2025 e 31/12/2024:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Gastos a Reconhecer	963,40	1 280,89
Seguros	963,40	1 280,89
Total	963,40	1 280,89

Foram reconhecidos gastos diferidos respeitantes a seguros pagos em 2025, cujo período de cobertura das apólices respeita a 2026.

9. FUNDOS PATRIMONIAIS

9.1. FUNDOS PATRIMONIAIS

Apresentamos de seguida a decomposição dos fundos patrimoniais em 31/12/2025 e 31/12/2024:

Descrição	2025			
	Posição Inicial	Diminuições	Aumentos	Posição Final
Fundo patrimonial	107 755,99			107 755,99
Reservas	10 092,80			10 092,80
Resultados Transitados	312 569,57	-91,98	5 167,36	317 644,95
Outras variações nos FP	93 948,73	-5 874,64		88 074,09
Resultado Líquido do Período	5 167,36	-5 167,36	-15 929,23	-15 929,23
Total	529 534,45	-11 133,98	-10 761,87	507 638,60

Descrição	2024			
	Posição Inicial	Diminuições	Aumentos	Posição Final
Fundo patrimonial	107 755,99			107 755,99
Reservas	10 092,80			10 092,80
Resultados Transitados	298 368,51		14 201,06	312 569,57
Outras variações nos FP	99 823,37	-5 874,64		93 948,73
Resultado Líquido do Período	14 201,06	-14 201,06	5 167,36	5 167,36
Total	530 241,73	-20 075,70	19 368,42	529 534,45

A
L. C. A.
R.
E. S.

9.2. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

A rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" inclui o subsídio referido na nota 5.1 deste anexo, que se apresenta como segue:

Conta		Designação		Ano		Valor recebido	DEPRECIAÇÕES			Valor Líquido	
							De exercícios anteriores	Do exercício			Acumuladas
								Taxa	Valores		
			Início	Fim							
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(8)	(10)=(5)-(9)		
593	Subsídios para investimentos										
5931	PIDDAC	1991	2040	289 302,78	195 754,05		5 874,64	201 628,69	87 674,09		
Total				289 302,78	195 754,05		5 874,64	201 628,69	87 674,09		

Foram reconhecidos ganhos no montante de 5.874.64 euros, na rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica "Estado e outros entes públicos" em 31/12/2025 e 31/12/2024:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Retenções sobre rendimentos		1 377,94		1 188,58
Imposto sobre o valor acrescentado				
Contribuições para a Seg. Social		8 768,91		10 547,25
Total	0,00	10 146,85	0,00	11 735,83

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica "Outras contas a pagar" em 31/12/2025 e 31/12/2024:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	45 574,82	44 659,60
Remunerações a liquidar	45 574,82	42 569,96
Outros	2 500,89	2 089,64
Total	48 075,71	44 659,60

12. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2025 e 31/12/2024 corresponde ao valor nominal e respeita a prestações de serviços que se decompõem como segue:

Descrição	2025	2024	Variação
Quotas e matrículas	199 410,73	186 808,70	12 602,03
Quotizações	4 631,00	4 305,00	326,00
Vendas de refeições e outras	2 368,10	2 964,15	-596,05
Total	206 409,83	194 077,85	12 331,98

13. CONTRATOS COM O ESTADO E ENTIDADES GOVERNAMENTAIS, BEM COMO OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PRIVADAS

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2025 e 31/12/2024 corresponde ao valor nominal, e foi atribuído pela Segurança Social.

Foram também reconhecidos outros apoios privados, relacionados com donativos e outros.

São reconhecidos no exercício a que respeitam, coincidindo com o período em que são recebidos, repartindo-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024	Variação
Centro Regional de Segurança Social	311 233,78	300 624,40	10 609,38
Segurança Social		1 202,72	-1 202,72
Instituto do Emprego e Form. Profis. e outros			0,00
Donativos	4 289,49	3 568,20	721,29
Consignações de IRS e restituição de IVA	27 032,54	24 318,57	2 713,97
Total	342 555,81	329 713,89	12 841,92

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os registos em fornecimentos e serviços externos ocorreram conforme segue:

Descrição	2025	2024	Variação
Trabalhos especializados	133 218,04	126 010,30	7 207,74
Honorários	8 304,00	11 394,83	-3 090,83
Conservação e reparação	4 447,48	5 495,51	-1 048,03
Ferramentas e utensílios	782,32	79,60	702,72
Material de escritório	2 653,09	3 594,70	-941,61
Artigos para oferta	1 000,00	430,00	570,00
Electricidade	9 137,99	13 403,43	-4 265,44
Combustíveis	2 262,88	2 593,11	-330,23
Gás	3 087,78	2 820,07	267,71
Água	4 036,11	4 757,71	-721,60
Deslocações e estadas	1 361,70	159,40	1 202,30
Comunicação	2 502,69	3 347,58	-844,89
Seguros	2 118,80	2 114,18	4,62
Vigilância e Segurança	1 700,31	3 187,18	-1 486,87
Limpeza, higiene e conforto	3 320,90	1 906,92	1 413,98
Outros	830,56	473,30	357,26
Total	180 764,65	181 767,82	-1 003,17

15. GASTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os registos em gastos com o pessoal ocorreram conforme segue:

Descrição	2025	2024	Varição
Remuneração do pessoal	304 607,25	268 449,41	36 157,84
Encargos sobre remunerações	60 780,33	55 105,74	5 674,59
Seguros de acidentes de trabalho	4 062,20	3 781,47	280,73
Outros gastos com o pessoal	2 942,57	3 564,81	-622,24
Total	372 392,35	330 901,43	41 490,92

Relativamente aos membros da Direcção e do Conselho Fiscal, refira-se que os mesmos não auferem qualquer tipo de remunerações.

16. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Foram reconhecidos juros de aplicações financeiras no montante global de 3.002,59 euros.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

O número médio de pessoas ao serviço repartido por valências e número de utentes apresenta-se como segue:

Valência: Centro de Dia **Nº. Médio de utentes: 40**

Funções desempenhadas

- 1 Técnica Superior de Serviço Social
- 1 Técnica Superior de Psicologia
- 1 Escriturário
- 1 Cozinheiro
- 1 Ajudante Acção Directa - lavandaria
- 2 Ajudante Acção Directa - salão
- 1 Técnica Superior de Animação Sociocultural
- 1 Encarregada Geral

9 Total

Valência: Centro de Convívio

Nº. Médio de utentes: 40

Funções desempenhadas

- 2 Ajudante de acção directa - salão/animação
- 1 Cozinheiro
- 1 Técnica Superior de Serviço Social
- 1 Técnica Superior de Psicologia
- 1 Escriturário
- 1 Técnica Superior de Animação Sociocultural
- 1 Encarregada Geral

8 Total

Valência: Apoio Domiciliário

Nº. Médio de utentes: 47

Funções desempenhadas

8	Ajudante Acção Directa - domicílios
1	Ajudante Acção Directa - lavandaria
1	Cozinheiro
1	Técnica Superior de Serviço Social
1	Técnica Superior de Psicologia
1	Escriturário
1	Técnica Superior de Animação Sociocultural
1	Encarregada Geral
15	Total

Relativamente ao trabalho voluntário e avençado prestado ao Centro, temos:

Funções desempenhadas	Número de pessoas	Total de horas	
Professora de Ginástica	1	1 hora por semana	Avença
Fisioterapeuta	1	1 hora por semana	Avença
Musicoterapeuta	1	1 hora por semana	Avença
Massoterapeuta	1	1 hora por semana	Avença
Animação Sociocultural	7	1 hora por semana	Voluntariado

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado











